

## ANÁLISE DOS TERMOS “CLASSIFICAÇÃO E ARRANJO” NA LITERATURA ARQUIVÍSTICA BRASILEIRA

*Bianca Ferreira Hernandez*  
*Bacharel em Arquivologia*  
*biancafhz@gmail.com*

*Graziela Martins de Medeiros*  
*Professora do DCI- UFSC*  
*Doutoranda do PPGCI-UFSC*  
*graziela.m@ufsc.br*

Recebido em 21/06/16  
Aceito em 03/08/16

### Resumo

Este artigo objetiva analisar os termos classificação e arranjo e os conceitos a eles atribuídos na literatura arquivística brasileira, contribuindo para o avanço da temática do campo arquivístico. Verifica aspectos e características mais frequentes nas definições de classificação e arranjo de obras brasileiras, o que permite identificar as convergências e divergências apresentadas entre os autores. A pesquisa é qualiquantitativa e exploratória e compreende a análise de 18 obras brasileiras, que cobrem o período de 1989 a 2012. A análise dos aspectos contidos nas definições de classificação inclui os seguintes elementos: termos, natureza do processo, ações e fundamentos da classificação. A análise das características considera princípios arquivísticos, níveis e critérios de classificação, instrumentos e fases do ciclo de vida documental em que os processos arquivísticos ocorrem. Conclui que a classificação e o arranjo possuem mais pontos de convergência do que divergência entre si, na visão dos autores brasileiros.

**Palavras-chave:** Classificação arquivística. Arranjo. Terminologia arquivística.

### 1 INTRODUÇÃO

Um dos desafios para as organizações no que concerne à manutenção dos seus arquivos é possibilitar que o volume de informação acumulada ao longo da sua atividade diária seja acessível para o cumprimento de demandas administrativas, burocráticas e legais. Nesse sentido, a Arquivologia surge para dar subsídio técnico-científico à gestão documental.

Atualmente, a ciência arquivística encontra-se em processo de consolidação e busca por identidade e terminologia

próprias, cabendo aos profissionais desenvolver reflexões teórico-metodológicas sobre as suas funções e seu objeto de estudo, o documento arquivístico.

Convém destacar entre as funções arquivísticas a serem estudadas por esses profissionais aquela que contém a essência do fazer arquivístico: a classificação. Sousa (2007) toma por classificação arquivística a ação de construir esquemas para agrupar documentos a partir de princípios. O objeto a classificar, e, portanto, objeto da Arquivologia, é, segundo o mesmo autor, o conjunto de

informações salvaguardadas em um sistema orgânico-funcional de informação social, individualizadas entre si pelo modo como são produzidas e pelas funções a partir das quais os documentos são gerados.

Desde que apareceu na literatura especializada, a classificação teve reconhecida a sua importância. Autores como Sousa (2002; 2006), Lopes (2009) e Ribeiro (2013) consideram-na uma função matricial para o fazer arquivístico, isto é, uma atividade fundamental que precede todas as outras operações arquivísticas e na qual as outras operações se ancoram. Pret e Cordeiro (2015) ainda acrescentam que a classificação é responsável por representar o contexto de produção e uso dos documentos, mantendo o vínculo arquivístico, ou seja, explicitando a relação entre eles.

No cenário arquivístico brasileiro, à semelhança do que ocorreu na literatura internacional, passou-se a utilizar dois termos para se referir a classificação de documentos, cada qual em uma fase de tratamento documental. A classificação propriamente dita seria realizada nos arquivos correntes, ou seja, na fase em que o conjunto de documentos possui valor primário e, portanto, é consultado frequentemente (ARQUIVO NACIONAL, 2005). O arranjo, por outro lado, seria realizado nos arquivos permanentes ou históricos, isto é, na fase em que os documentos são preservados em caráter definitivo (ARQUIVO NACIONAL, 2005).

Não obstante, autores como Gonçalves (1998) defendem que os fins para se proceder à classificação e ao arranjo e o trabalho técnico desempenhado pelos arquivistas para as duas operações são muito semelhantes, ao passo em que questiona se seria conveniente manter duas denominações para operações tão próximas. Esta é também a indagação que ensejou o presente artigo, cujo objetivo é analisar os termos classificação e arranjo e

os conceitos atribuídos a estes na literatura arquivística brasileira. Para tanto, verifica aspectos e características mais frequentes nas definições de classificação e arranjo de obras brasileiras; e, com base na análise realizada, trata de identificar pontos de convergência e divergência entre os autores.

De acordo com Sousa (2007), a classificação arquivística não possui na literatura especializada um instrumental teórico-metodológico consolidado, sendo necessário, dessa forma, a construção de um novo marco referencial para a área a partir de reflexões derivadas da investigação das problemáticas em classificação arquivística. Além disso, o aperfeiçoamento da terminologia arquivística, por sua vez, compreende um esforço no sentido da identificação do significado dos termos, assim como o proposto neste artigo.

Logo, esse artigo tenciona contribuir para ampliar a discussão em torno da classificação, além de favorecer o entendimento do tema entre os profissionais da comunidade arquivística, tendo em vista que esses são alguns dos elementos que levarão, numa perspectiva a longo prazo, à consolidação da disciplina.

## 2 A CLASSIFICAÇÃO E O ARRANJO NA LITERATURA ARQUIVÍSTICA INTERNACIONAL

A classificação arquivística aparece na literatura pela primeira vez no século XVII, notadamente com o último volume da obra *De Re Diplomatica*, de Jean Mabillon. O método de Mabillon se ocupava de investigar os fatos e eventos aos quais os documentos estariam relacionados, embora ainda não abordasse noções de organização (SOUSA, 2006).

No mesmo século, como destaca Sousa (2006), os italianos passaram a utilizar-se de um instrumento de classificação ao qual chamaram *titolario*, elaborado a partir das funções de uma instituição e que se

subdividia de acordo com a hierarquia de funções. Paralelamente, segundo Sousa (2006), e estendendo-se até o século XIX, os espanhóis também passaram a teorizar sobre a classificação de fundos, muito embora a prática só viesse a ser executada posteriormente.

Couture e Rousseau (1998) escrevem que a Revolução Francesa concedeu ao documento, enquanto papel jurídico, um status sinalizador do poder popular e deu um novo impulso à Arquivologia. Em 1789, foi criada uma instituição voltada para a guarda dos arquivos, o *Archives Nationales de France*, denotando a compreensão da importância do arquivo no governo e propriamente da informação nele contida. Segundo Sousa (2006), na criação desta Instituição foram reunidos documentos de proveniências diversas, seguindo critérios metódico-cronológicos, situação em que se percebeu impossível a tarefa de determinar a origem dos documentos, “ficando tudo profundamente misturado e disperso” (DUCHEIN, 1986, p.15 apud SOUSA, 2006, p.124).

O princípio de classificação outrora aplicado não era outro senão o da pertinência, de acordo com o qual, “sem terem em conta o local de criação, os arquivos deveriam ser entregues ao serviço dos arquivos com jurisdição arquivística sobre o território ao qual se reporta o seu conteúdo” (COUTURE; ROUSSEAU, 1998, p.193).

Em um segundo momento da história da classificação arquivística, conforme Sousa (2006), tem início com a elaboração do Princípio de Respeito aos fundos ou Princípio da Proveniência. Este princípio é atribuído ao chefe da Seção Administrativa dos Arquivos Departamentais do Ministério do Interior Francês, o historiador Natalis de Wailly, o qual teria inspirado o ministro da tutela Duchâtel a promulgar uma circular em 24 de abril de 1841 que propunha:

[...]agregar os documentos por fundos, isto é, reunir todos os títulos [documentos] provenientes de um corpo, de um estabelecimento, de uma família ou de um indivíduo, e dispor segundo uma determinada ordem os diferentes fundos. [...] os documentos que apenas têm relações com o estabelecimento, um corpo ou uma família não devem ser confundidos com o fundo desse estabelecimento, desse corpo ou dessa família (DUCHEIN, 1977, p. 73, apud ROUSSEAU; COUTURE, 1998, p.80).

Rousseau e Couture (1998) atribuem ao princípio da Proveniência a fórmula que permite uniformizar a classificação, respeitando as especificidades de cada fundo. Para eles, a partir do século XIX passam a surgir vários manuais de Arquivística, concebidos por profissionais reconhecidos ou associações, que representam uma etapa na constituição da Arquivologia enquanto disciplina científica (ROUSSEAU; COUTURE, 1998).

Em 1898, Muller, Feith e Fruin publicam a obra que ficaria conhecida como Manual dos Arquivistas Holandeses, o qual se trata, em concordância com Sousa (2006), do primeiro registro teórico-metodológico do tratamento de arquivos na Europa. Os arquivistas holandeses postularam naquele ano que o sistema de arranjo deveria considerar o respeito à sua proveniência. O manual valorizava um método de arranjo pautado na acumulação natural dos documentos.

O norte-americano Theodore Schellenberg foi o primeiro a pensar em uma Arquivística universal, isto é, que trata de todo o arquivo, seja corrente, intermediário ou permanente. Conforme Lopes (2009), Schellenberg permaneceu no limite entre as correntes tradicional e o *Records Management*. Com maior intensidade nos Estados Unidos, refletindo “a tradição pragmática do mundo anglofônico da América do Norte” (LOPES, 2009, p.133), o *Records*

*Management* é uma corrente centrada nos arquivos ativos e semi-ativos, consistindo em um “conjunto de regras práticas, por vezes muito eficazes, mas que não possuem fundamentos científicos rigorosos, abrindo porta à improvisação” (LOPES, 2009, p.132).

A teoria de Schellenberg popularizou os termos classificação e arranjo para se referir às operações de classificação nos arquivos correntes e permanentes, respectivamente, haja vista que, segundo o autor, era necessário o uso de diferentes terminologias para diferentes usos dados aos documentos nessas fases (SOUSA, 2002, 2006).

O italiano Elio Lodolini, embora fiel à Arquivística Tradicional (LOPES, 2009), também é adepto da diferenciação dos termos, à semelhança de Schellenberg. Segundo Lodolini (1993) nos arquivos correntes é feita a chamada disposição originária essencialmente cronológica ou por assuntos, enquanto que, a disposição nos arquivos permanentes, que até o século XVIII era predominantemente cronológica, após a administração Napoleônica passou a ser regrada pelo quadro de classificação funcional *titolario*. Segundo Sousa (2006), para Lodolini a disposição dos documentos nos arquivos correntes cabe ao órgão produtor, enquanto que a disposição nos arquivos permanentes cabe - essa sim - ao arquivista.

Para a autora espanhola Heredia Herrera (1991), é feito um uso indiscriminado pelos profissionais dos termos classificação e ordenação para se referirem à mesma operação de ordenar ou dispor em classes, atribuindo-se a confusão à simultaneidade com que ocorrem. A autora encabeçou na década de 1980 a defesa da substituição do termo classificação por organização, o que revela, segundo ela, um esforço para desvencilhar-se do termo classificação, este consagrado pela biblioteconomia, e também para diferenciá-lo de ordenação.

La organización em um arquivo no es otra cosa que traducir a um fondo documental el estado primigenio de suproducción, evolución y crecimiento. Afecta tanto a los documentos en sí mismos (clasificación) como a la información que contienen (ordenación). La primera establece la relación entre los documentos y la segunda favorece su localización. [...] Clasificar y ordenar son dos operaciones dentro de una más amplia que podemos llamar Organización, perfectamente diferenciadas y esenciales, en aras a la conservación de los documentos, de una parte, e indispensables para inventariar y catalogar, de otra (HERRERA, 1991, p.261).

Logo, a organização para Herrera (1991) é uma operação que passa pela classificação e ordenação: a classificação envolve separar elementos e estabelecer classes ou grupos para agrupá-los e a ordenação estaria relacionada à reunião dos elementos de um grupo de acordo com uma ordem.

Pode-se ainda relacionar a operação que Herrera (1991) chama de reclassificação àquela denominada por Schellenberg (2004) de arranjo. Sendo assim, a visão da representante espanhola da Arquivística sobre a dinâmica da classificação ao longo do ciclo de vida documental se assemelha à do norte-americano, embora os termos utilizados pelos autores não sejam os mesmos para se referirem às operações executadas.

Em pesquisa publicada na revista *Archivum* sobre os métodos de classificação arquivística utilizados desde 1800 por diversos países, Szedö (1964 apud SOUSA, 2006) constatou a predominância da existência de intervenções diferenciadas nas diferentes idades documentais. Segundo o pesquisador, os arquivos na fase corrente eram, de forma geral, classificados por assunto e ordenados internamente pela cronologia, nomes de pessoas ou

geográficos, além de ser comum a utilização instrumentos de classificação. Por sua vez, no que diz respeito aos arquivos permanentes, foi constatado que os arquivos utilizavam uma classificação que priorizava a proveniência e, em segundo lugar, um método sistemático, e para ordenação interna priorizavam-se os critérios de ordenação cronológico, tipológico, alfabético e geográfico.

Os livros de Rousseau e Couture marcam na década de 1980 a inauguração da corrente Arquivística Integrada, apresentada como uma síntese das correntes anteriores, como aponta Lopes (2009). Os canadenses não só acreditam no tratamento de todas as fases documentais – fizera Schellenberg (LOPES, 2009) – como também apresentam o tratamento global dos arquivos, isto é, a preocupação com o ciclo completo de vida dos documentos de forma a entender as fases documentais de forma integrada e interdependentes.

Desenvolvida no âmbito universitário, na encruzilhada cultural envolvendo o “pragmatismo de origem inglesa e [...] inquieta racionalidade e espírito especulativo de origem francesa” (LOPES, 2009, p.144), a Arquivística Integrada foi definida como aquela capaz de “intervir de forma unificada e contínua nos documentos desde a sua criação, e até antes desta, até a sua eliminação ou durante a sua conservação permanente” (ROUSSEAU; COUTURE, 1998, p.260). A implantação da Arquivística Integrada é ainda considerada recente por Lopes (2009), muito embora ela tenha demonstrado consistência e adequação às questões contemporâneas enfrentadas pelos arquivistas.

Mais recentemente, influenciados por esta corrente, autores como Sousa (2006) passaram a defender que a distinção entre classificação e arranjo só reforça a ideia de quebra entre arquivos correntes e permanentes, isto é, desconsidera que o

ciclo de vida documental funcione de forma integrada. Para o autor, os termos constituem-se em fases de um único processo.

Com base nos pressupostos apresentados, acredita-se que é possível encontrar na literatura arquivística diferentes usos dos termos classificação e arranjo, que podem estar relacionados a diferentes correntes arquivísticas.

### **3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

A pesquisa é exploratória, pois tem como característica principal a interpretação de fenômenos de caracterização (LAKATOS; MARCONI, 2003). Ademais, considerando que utiliza a estatística para verificar a frequência de ocorrência desses fenômenos, pode ser caracterizada como qualiquantitativa.

Para a seleção da amostra, utilizou-se a publicação “A produção científica da Arquivologia em classificação, descrição e recuperação: o estado da arte”, editada pela Associação dos Arquivistas Brasileiros (AAB). Na referida obra, Sousa e Araújo Júnior (2013) procuram municiar pesquisadores com uma fonte para discussão dos temas classificação, descrição e recuperação. Os autores indicam referências bibliográficas representativas do estado da arte de cada uma dessas funções arquivísticas, coletadas em fontes de informação impressas e eletrônicas dos principais periódicos de Ciência da Informação no Brasil e no banco de teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

No que diz respeito à classificação, foram apontadas na obra 40 referências, das quais 20 são brasileiras, produzidas entre os anos de 1989 a 2012. Após análise preliminar e descartando-se obras inacessíveis, chegou-se a uma amostra de 18 publicações, apresentadas no Quadro 1.

**Quadro 1:** Obras de autores brasileiros consideradas referência em termo de estado da arte da classificação e arranjo

<b>N.</b>	<b>AUTOR</b>	<b>TÍTULO DA OBRA</b>	<b>ANO</b>	<b>TIPO</b>
1	<b>BARROS, Thiago Henrique Bragatto</b>	Construção discursiva em Arquivística: uma análise do percurso histórico e conceitual da disciplina por meio dos conceitos de classificação e descrição.	2010	Dissertação de Mestrado em Ciência da Informação
2	<b>BELLOTTO, Heloisa Liberalli</b>	Arquivos Permanentes: Tratamento Documental	2004	Livro
3	<b>BRASIL. ARQUIVO NACIONAL</b>	Classificação, temporalidade e destinação de documentos de arquivo relativos as atividades-meio da Administração Pública	2001	Livro
4	<b>DUCROT, Ariane</b>	A classificação dos arquivos pessoais e familiares	1998	Artigo do periódico "Estudos Históricos"
5	<b>FARIA, Wadson Silva</b>	A normalização dos instrumentos de gestão arquivística no Brasil: um estudo da influência das resoluções do Conarq na organização dos arquivos da Justiça Eleitoral Brasileira.	2006	Dissertação de Mestrado em Ciência da Informação
6	<b>GARCIA, Olga Maria Correa</b>	A aplicação da Arquivística Integrada considerando os desdobramentos do processo a partir da classificação	2000	Dissertação de Mestrado em Administração
7	<b>GONÇALVES, Janice.</b>	Como classificar e ordenar documentos de arquivo	1998	Livro
8	<b>KICH, Tassiana Jaqueline Fanck; KONRAD, Glaucia Vieira Ramos</b>	Arranjo e descrição arquivística em processos judiciais	2011	Artigo do periódico "Perspectivas em Ciência da Informação"
9	<b>OLIVEIRA, Maria Izabel de</b>	Classificação e avaliação de documentos: normalização dos procedimentos técnicos de gestão de documentos	2007	Artigo do periódico "Acervo"
10	<b>RIOS, Elaine Rosa; CORDEIRO, Rosa Inês Novais</b>	Plano de classificação de documentos arquivísticos e a teoria da classificação: uma interlocução entre domínios do conhecimento.	2010	Artigo do periódico "Perspectivas em Ciência da Informação"
11	<b>RONCAGLIO, Cynthia</b>	A história administrativa serve como subsídio para a organização da informação arquivística ou vice-versa?	2012	Artigo do periódico "Acervo"
12	<b>SANTOS, Silvana Aparecida Silva dos</b>	Ontologias como domínio conceitual e planos de classificação arquivística: um estudo de caso sobre	2010	Dissertação de Mestrado em Ciência da Informação

		instituições federais de ensino superior.		
13	<b>SCHÄFER, Murilo Billig; LIMA, Eliseudos Santos</b>	A classificação e a avaliação de documentos: análise de sua aplicação em um sistema de gestão de documentos arquivísticos digitais.	2012	Artigo do periódico “Perspectivas em Ciência da Informação”
14	<b>SOUSA, Renato Tarciso Barbosa de</b>	Classificação Arquivística: trajetória e apropriação de um conceito.	2005	Tese de Doutorado em História Social
15	<b>SOUSA, Renato Tarciso Barbosa de</b>	A classificação como função matricial do que-fazer arquivístico	2007	Capítulo do Livro “Arquivística: Temas contemporâneos”
16	<b>SOUSA, Renato Tarciso Barbosa de</b>	As bases do processo classificatório em Arquivística: um debate metodológico.	2002	Livro
17	<b>SOUSA, Renato Tarciso Barbosa de</b>	Os princípios arquivísticos e o conceito de classificação	2003	Capítulo do Livro “Organização e representação do conhecimento na perspectiva da Ciência da Informação”
18	<b>TESSITORE, Viviane</b>	Arranjo: estrutura ou função?	1989	Artigo do periódico “Arquivo: boletim histórico e informativo”

Fonte: adaptado de Sousa e Araújo Júnior (2013).

De posse das obras, elencou-se: a) aspectos contidos nas próprias definições de classificação e arranjo; e b) características atribuídas à classificação e ao arranjo.

Com relação aos aspectos, convencionou-se que para esta pesquisa seriam:

a) A existência de **termos alternativos** ao uso dos termos classificação e arranjo, ou seja, que os retomam, numa relação de anafórico para evitar a repetição de palavras; como, por exemplo, quando os autores se referiram à classificação e ao arranjo como uma “operação”, um “processo”, uma “ação”, etc.;

b) Se a classificação ou o arranjo foram **categorizadas** como um processo intelectual, técnico ou ambos;

c) **Ações** a que a classificação e o arranjo estariam relacionados, indicadas por verbos e substantivos derivados de verbo, como por exemplo, o verbo “organizar” e o substantivo derivado de verbo “organização”;

d) **Fundamentos** que seriam tomados como base para proceder a essas operações, identificados pelo uso de conjunções que exprimem conformidade (como “de acordo com”, “segundo” e “conforme”), como também por outros elementos que indicassem se tratar de base para as operações, como a expressão “com base em”.

Da mesma forma, características a serem analisadas foram previamente definidas, como as seguintes:

a) **Princípios arquivísticos** associados a estas operações; que se constituem “nos fundamentos que possibilitam o desenvolvimento das proposições relativas a esse objeto [de estudo da Arquivologia] com uma maior coerência e segurança” (RODRIGUES, 2004, p.19), em outras palavras as bases sobre as quais se ancora a disciplina Arquivística;

b) **Níveis** de classificação ou arranjo; que podem ser entendidos como “conjuntos

formados a partir das divisões operadas no interior do conjunto documental (fundo), isto é, os cortes feitos na estrutura” (SOUSA, 2007, p.87);

c) **Crítérios** de classificação ou arranjo; que são “a qualidade ou o atributo escolhido para servir de base à classificação” (SOUSA, 2007, p.97);

d) **Instrumento ou produto gerado**; que consiste, para esta pesquisa, na tradução da classificação ou do arranjo para um esquema representativo da hierarquia dos níveis de classificação ou arranjo; e a

e) **Fase** do ciclo de vida documental; conforme a teoria das três idades, em que a operação deveria acontecer: corrente, intermediária ou permanente.

Vale reafirmar que estes critérios foram escolhidos para a análise tendo em vista serem identificados como atributos usados pelos próprios autores nas obras consultadas ao conceituarem as duas operações.

Verificou-se que os autores nem sempre apresentam suas definições ou características, mas citam obras de terceiros. Nessas

situações, entendeu-se que embora não se estivesse lidando com o produto intelectual do autor, tratava-se do entendimento compartilhado que este fazia do conceito de classificação ou arranjo, sendo assim, a citação foi considerada como se do autor em questão fosse.

#### 4 RESULTADO E DISCUSSÃO

Apresenta-se a análise dos aspectos presentes nas definições de classificação e arranjo, seguidos das características. Alerta-se que o "total" apresentado nas tabelas se refere à quantidade de vezes que o aspecto ou a característica analisada é tratada nos 18 artigos da análise, sendo portanto, diferente em cada tabela.

##### 4.1 Aspectos presentes nas definições de classificação e arranjo

Os **termos alternativos** utilizados nas definições para retomar classificação e arranjo são apresentadas na Tabela 1.

**Tabela 1:** Termos alternativos usados para retomar classificação e arranjo

TERMOS ALTERNATIVOS	CLASSIFICAÇÃO		ARRANJO	
	QUANTIDADE E (REAL)	QUANTIDADE E (%)	QUANTIDADE E (REAL)	QUANTIDADE E (%)
Ação	5	13,16%	0	0,00%
Atividade	3	7,89%	2	6,67%
Ato	4	10,53%	0	0,00%
Conjunto de regras	3	7,89%	0	0,00%
Efeito	3	7,89%	0	0,00%
Função	3	7,89%	2	6,67%
Operação	5	13,16%	9	30,00%
Processo	8	21,05%	11	36,66%
Resultado	0	0,00%	3	10,00%
Outros termos com incidência igual ou menor a 1	4	10,53%	3	10,00%
<b>TOTAL</b>	<b>38</b>	<b>100,00%</b>	<b>30</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: elaboração própria (2016)

É possível perceber que tanto a classificação como o arranjo são considerados pela maior parte dos autores que utilizaram termos alternativos como um processo (por



21,05% em classificação e 36,66% em arranjo) e, em menor escala, como uma operação (13,16% em classificação e 30% em arranjo). Tanto operação quanto processo são palavras sinônimas que podem ser entendidas como um conjunto de medidas para chegar-se a um objetivo definido, ou seja, a classificação e o arranjo possuem imbuídos

em seus conceitos a ideia de que há um caminho que se deve percorrer, tomando-se determinadas providências para se alcançar a um estado preterido.

Em relação ao critério de categorização em **intelectual, técnico ou ambos**, elaborou-se a tabela 2.

**Tabela 2:** Categorização da classificação e do arranjo em intelectual, técnico ou ambos

ASPECTO	CLASSIFICAÇÃO		ARRANJO	
	QUANTIDADE E (REAL)	QUANTIDADE E (%)	QUANTIDADE E (REAL)	QUANTIDADE E (%)
Intelectual	7	53,85%	2	28,57%
Técnico/material/ Físico	1	7,69%	2	28,57%
Ambos	5	38,46%	3	42,86%
<b>TOTAL</b>	<b>13</b>	<b>100,00%</b>	<b>7</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: elaboração própria (2016)

Há que se verificar que, na tabela 2 algumas palavras-chave com o mesmo sentido foram reunidas em uma mesma categoria, como a palavra técnico, que é semanticamente equivalente nas definições analisadas às palavras físico e material. Este mesmo artifício de reunir palavras semanticamente equivalentes foi aplicado às tabelas 3 a 9 para facilitar a interpretação dos dados.

Depreende-se da tabela 2 que a classificação foi considerada uma operação essencialmente intelectual (53,84%), seguida,

em menor escala, por intelectual e técnica (38,46%). Em relação ao arranjo, trata-se de uma operação considerada possuidora de ambos os aspectos (42,85%). Há que se convir, portanto, que as duas operações possuem, na visão da maioria dos autores, pelo menos um caráter intelectual inerente, estando associada, por vezes, também ao caráter técnico.

As **ações** associadas aos termos, percebidas com base nos verbos utilizados e nos substantivos derivados de verbos, são apresentados na tabela 3.

**Tabela 3:** Ações relacionadas à classificação e ao arranjo

AÇÕES	CLASSIFICAÇÃO		ARRANJO	
	QUANTIDADE ADE (REAL)	QUANTIDADE ADE (%)	QUANTIDADE ADE (REAL)	QUANTIDADE ADE (%)
Acondicionar/ Armazenar/acomodar documentos	0	0,00%	4	5,71%
Agrupar/reagrupar/ juntar/unir artigos semelhantes	11	9,73%	7	10,00%
Analisar conteúdo/assunto dos documentos	4	3,54%	2	2,86%
Distribuir/ classificar/estabelecer/restabelecer/ colocar/dispor em classes	20	17,70%	10	14,29%
Dar número de identificação/	9	7,97%	2	2,86%

Identificar documentos				
Dar ordem/ordenar documentos	5	4,42%	10	14,29%
Dividir/ separar artigos diferentes	13	11,50%	0	0,00%
Eleger/escolher/ Selecionar categoria de assunto ou classe	6	5,31%	0	0,00%
Obedecer/seguir/ Respeitar classificação ou origem	0	0,00%	8	11,43%
Organizar/ Reorganizar documentos	7	6,20%	13	18,57%
Refletir/representar organização ou estrutura	4	3,54%	6	8,57%
Ações com incidência igual ou menor a 3	34	30,09%	8	11,43%
<b>TOTAL</b>	<b>113</b>	<b>100,00%</b>	<b>70</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: elaboração própria (2016)

Pode-se fazer a inferência, a partir da tabela 3, de que nas obras pesquisadas é comum associar a classificação e o arranjo à ação de unir artigos semelhantes, que aparece em 9,73% do total de ações relacionadas à classificação e 10% do total de arranjo. Também pode-se relacionar ambos os termos à ação de distribuir em classes, que aparece em 17,70% do total de ações sobre classificação e 14,29% em se tratando de arranjo; e à ação de organizar documentos, presente em 6,20% do total de ações citadas sobre classificação e 18,57% em arranjo.

No entanto, enquanto algumas referências associam a classificação às ações de identificar documentos (7,97%) e separar artigos diferentes (11,50%), o mesmo não é feito com tanta frequência em relação ao arranjo (que para essas ações apresenta, respectivamente, as porcentagens de 2,86%, e 0%); e enquanto o arranjo é associado à ação

de ordenar (14,29%) e obedecer a uma ordem ou classificação prévia (11,43%), o mesmo não é feito com tamanha frequência para a classificação (4,42% e 0%, respectivamente, para essas ações consideradas no âmbito da classificação).

Cabe destacar que 11,43% do total de ações citadas para o arranjo concordam em respeitar uma classificação prévia. Infere-se que estes números possam estar relacionados àqueles autores que são partidários de que o arranjo é uma reclassificação realizada nos arquivos permanentes, ou seja, um ajuste feito após o recolhimento, como é o caso de Bellotto (2004), Ducrot (1998), autores que citaram Schellenberg (2004), dentre outros analisados.

Em relação ao critério **fundamento** para a classificação e o arranjo, elaborou-se a tabela 4.

**Tabela 4:** Fundamentos para a classificação e arranjo

FUNDAMENTO	CLASSIFICAÇÃO		ARRANJO	
	QUANTIDADE (REAL)	QUANTIDADE (%)	QUANTIDADE (REAL)	QUANTIDADE (%)
Caracteres comuns e diferenciadores	5	17,86%	0	0,00%
Uma proposta de hierarquização das informações	2	7,14%	0	0,00%
Um plano de classificação, código de classificação ou quadro de arranjo; “um plano” previamente adotado	4	14,29%	3	15,00%

As estruturas organizacionais, funções e atividades da organização/produtor e a realidade institucional/imagem do sistema de classificação mais adequado	6	21,43%	2	10,00%
Uma unidade de ordem / critérios cronológicos, geográficos, temáticos	3	10,71%	3	15,00%
Princípios arquivísticos / proveniência / ordem original	4	14,29%	10	50,00%
Outros princípios com incidência igual ou menor a 1	4	14,29%	2	10,00%
<b>TOTAL</b>	<b>28</b>	<b>100,00%</b>	<b>20</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: elaboração própria (2016)

Conclui-se da tabela 4 que 50% dos autores que escreveram sobre a existência de fundamentos para o arranjo consideraram fundamental a observância dos princípios arquivísticos, citando a proveniência e/ou a ordem original como referência. No que diz respeito à classificação, os resultados não foram tão acentuados para este fundamento (14,29%). Para a classificação, a observância das estruturas organizacionais, funções, atividades e a realidade institucional foram o fundamento mais citado, ocorrendo em 21,43% dos casos, seguido de caracteres comuns e diferenciadores, com 17,86%, e, em terceiro lugar, os princípios arquivísticos, com 14,29% de representatividade.

O fato de que a observância dos princípios esteja mais associada, na visão dos autores pesquisados, ao arranjo do que à classificação

e que a classificação toma por base a organização, aproxima a visão dos autores ao pensamento de Schellenberg (2004). Conforme indicado no referencial teórico, o autor acredita que a classificação deve ser feita nos departamentos com base nas funções para as quais os documentos são produzidos e que, na passagem para o arquivamento intermediário e permanente, teria início o trabalho do arquivista, este por sua vez fundamentado na proveniência.

#### 4.2 Características que compõem os conceitos de classificação e arranjo

Os princípios que são relacionados à classificação e ao arranjo estão sistematizados na tabela 5.

**Tabela 5:** Princípios de base para a classificação e arranjo

PRINCÍPIOS	CLASSIFICAÇÃO		ARRANJO	
	QUANTIDADE (REAL)	QUANTIDADE (%)	QUANTIDADE (REAL)	QUANTIDADE (%)
<i>Respect des fonds</i> /proveniência	7	53,84%	7	50,00%
Ordem original/Princípio de estrutura	3	23,08%	7	50,00%
Organicidade	3	23,08%	0	0,00%
<b>TOTAL</b>	<b>13</b>	<b>100,00%</b>	<b>14</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: elaboração própria (2016)

A tabela 5 traz a compreensão de que, em se tratando de princípios relacionados à classificação, 53,84% estão voltados ao *respect des fonds*/proveniência. No que diz respeito aos princípios relacionados ao

arranjo, 50% estão voltados ao *respect des fonds*/proveniência e 50% à ordem original/princípio de estrutura. É possível, portanto, inferir que a proveniência é o princípio considerado pela maior parte dos

autores como prioritário para ambas as operações.

Em se tratando do critério **nível** de classificação e arranjo, tem-se a tabela 6.

**Tabela 6:** Níveis atribuídos à classificação e ao arranjo

NÍVEIS	CLASSIFICAÇÃO		ARRANJO	
	QUANTIDADE (REAL)	QUANTIDADE (%)	QUANTIDADE (REAL)	QUANTIDADE (%)
Fundo > Grupo > série <b>OU</b> Fundo > Grupo ou Seção > Subgrupo ou Subseção > Série > Subsérie > Pasta > Documento <b>OU</b> Fundo > Série	1	8,33%	3	25,00%
Classe > Subclasse > Grupo > Subgrupo <b>OU</b> Classe > Subclasse <b>OU</b> Classe > Subclasse > Divisões inferiores	5	41,67%	1	8,33%
Categoria > Classe > Divisão > Subdivisão <b>OU</b> Categoria > Classe > Subclasse	3	25,00%	0	0,00%
Série > Subsérie > Sub-subsérie > Dossiê <b>OU</b> Série > Subsérie > Dossiê <b>OU</b> Série > Unidade de arquivamento > Documento <b>OU</b> Série	1	8,33%	4	33,33%
Grupo ou Seção > Subgrupo ou Subseção > Série	2	16,67%	2	16,67%
Arquivo ou Acervo > Fundo ou coleção > Grupo ou Seção > Série > Dossiê ou processo > item	0	0,00%	2	16,67%
<b>TOTAL</b>	<b>12</b>	<b>100,00%</b>	<b>12</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: elaboração própria (2016)

Entende-se que entre os níveis de classificação citados nas obras pesquisadas, as maiores ocorrências (41,67%) foram aquelas que traziam no maior nível a Classe, seguida da Subclasse e níveis menores não mencionados ou citados como Grupo e Subgrupo. No que diz respeito ao arranjo, os níveis mais citados, ainda que com frequência

baixa foram aqueles iniciados no Fundo, seguido de Grupo e séries inferiores (25%) e aqueles iniciados em Série, seguidos ou não de subsérie e níveis inferiores (33,33%).

Para a análise dos **critérios** de classificação e arranjo, foi elaborada a tabela 7.

**Tabela 7:** Critérios que regem as operações de classificação e arranjo

CRITÉRIOS	CLASSIFICAÇÃO		ARRANJO	
	QUANTIDADE (REAL)	QUANTIDADE (%)	QUANTIDADE (REAL)	QUANTIDADE (%)
Organizacional / Estrutural/ Operacional	12	32,43%	1	
Por assunto/ por classes / matérias	6	16,22%	0	
Estrutural-funções/ por atividades	2	5,26%	0	
<b>TOTAL</b>	<b>20</b>	<b>50,00%</b>	<b>1</b>	<b>2,50%</b>

Fonte: elaboração própria (2016)

Há que se fazer uma ressalva relacionada à categoria “por assunto/por classes/matérias”, por vezes podendo ser entendida por alguns estudiosos como associada à função ou à própria estrutura, devido a “assunto” se tratar de uma palavra que em sentido amplo também designa o próprio conteúdo. Nas obras analisadas, “por assunto/por classes/matérias” além de terem sido apresentadas como palavras sinônimas entre si, foram entendidas em sentido estrito, como uma categoria à parte das categorias

funcional e organizacional, daí o porquê de se apresentarem desta forma na tabela 7.

A tabela 7 permite compreender os critérios funcional/por funções/por atividade e organizacional/estrutural como principais critérios utilizados, tanto em matéria de classificação (respectivamente equivalente a 45,95% e 32,43% do total de critérios citados) como em de arranjo (equivalente a 66,67% e 33,33%).

Para análise dos principais **instrumentos** usados nas operações de classificação e arranjo, procedeu-se à elaboração da tabela 8.

**Tabela 8:** Instrumentos e produtos citados derivados das operações de classificação e arranjo

INSTRUMENTO	CLASSIFICAÇÃO		ARRANJO	
	QUANTIDADE E (REAL)	QUANTIDADE E (%)	QUANTIDADE E (REAL)	QUANTIDADE E (%)
Quadro geral de classificação / Quadro de classificação	3	10,34%	0	0,00%
Código de classificação	5	17,24%	0	0,00%
Quadro de arranjo	1	3,45%	5	83,33%
Plano de classificação	15	51,72%	0	0,00%
Esquema de classificação	2	6,90%	0	0,00%
Instrumentos com incidência igual ou menor a 1	3	10,34%	1	16,67%
<b>TOTAL</b>	<b>29</b>	<b>100,00%</b>	<b>6</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: elaboração própria (2016)

A Tabela 8 leva-nos a interpretar que o plano de classificação é o instrumento mais citado dentre aqueles que dizem respeito à classificação (51,72%), enquanto o quadro de arranjo é o principal instrumento citado dentre os que tratam de arranjo (83,33%).

Quanto a esta questão, cabe ressaltar o levantamento feito por Sousa (2007) dos nomes usados na literatura especializada para se referir aos produtos de classificação e arranjo, não se limitando a autores brasileiros como fez-se aqui. O autor se deparou com diferentes designações e confrontou-as com o dicionário. Algumas delas, como “quadro” e

“tabela”, foram descartadas pelo autor porque, segundo ele, as acepções do dicionário não definiam o instrumento que se deseja nomear. Naquelas circunstâncias, Sousa (2007) concluiu que a palavra que melhor representa o instrumento, literal e conceitualmente, é “plano”, e, conforme o autor, deveria estar associada tanto à classificação quanto ao arranjo.

Seguindo com a análise, a próxima etapa consistiu em verificar a **fase** do ciclo de vida documental em que ocorrem as operações de classificação e arranjo, de forma que os resultados foram compilados na tabela 9.

**Tabela 9:** Fase do ciclo de vida documental em que ocorrem as operações de classificação e arranjo

FASE EM QUE É REALIZADO	CLASSIFICAÇÃO		ARRANJO	
	QUANTIDADE (REAL)	QUANTIDADE (%)	QUANTIDADE (REAL)	QUANTIDADE (%)
Corrente / Administrativo / Junto à produção / Primeira Idade	7	50,00%	0	0,00%
Corrente e Intermediário Intermediária	2	14,29%	0	0,00%
Permanente / Histórico / Terceira Idade	0	0,00%	0	0,00%
Independente de fase / Corrente a Permanente	1	7,14%	10	83,33%
<b>TOTAL</b>	<b>4</b>	<b>28,57%</b>	<b>2</b>	<b>16,67%</b>
	<b>14</b>	<b>100,00%</b>	<b>12</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: elaboração própria (2016)

Tem-se, portanto, que entre as fases citadas para a classificação, o arquivo corrente é o mais citado (50%) e, em menor escala, foi identificado que em 28,57% das ocorrências a classificação independe da fase do ciclo de vida documental. No que se refere ao arranjo, 83,33% recomendam a realização desta operação no arquivo permanente, enquanto 16,67% entendem que a operação independe de uma fase específica.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa se consistiu em um estudo exploratório, que analisou os termos classificação e arranjo e os conceitos atribuídos a eles na literatura arquivística nacional. Foram analisadas 18 obras, das quais foram extraídos aspectos constantes nas definições de classificação e arranjo, bem como características atribuídas à classificação e arranjo.

Há que se ressaltar uma predominância das citações de terceiros sobre a produção intelectual própria dos autores brasileiros pesquisados, o que se pode depreender que seja uma característica de uma ciência ainda em desenvolvimento e discussão. Foi possível verificar que há autores brasileiros reproduzindo conceitos de todas as correntes arquivísticas, apesar de haver uma pequena inclinação em direção ao pensamento do clássico e bastante citado Schellenberg

Compreende-se que em relação à fase do ciclo de vida documental em que a operação é realizada, a maioria dos autores brasileiros pesquisados ainda segue a ideia cristalizada pelas correntes tradicional e o *Records Management* de que a classificação deveria ocorrer no arquivo corrente e o arranjo no arquivo permanente, existindo uma minoria para a qual a realização dessas operações não estaria ligada a uma fase em específico

(2004), o qual se soube, transitou entre a Arquivística Tradicional e o *Records Management*.

Concluiu-se como pontos de convergência, que aproximam a classificação do arranjo, o fato de ambos os conceitos serem considerados na maior parte das definições analisadas como um processo ou uma operação e estarem principalmente relacionados às ações de unir artigos semelhantes e classificar/dispor documentos em classes. As duas operações são consideradas na maior parte dos autores como uma operação intelectual, enquanto que para uma menor parcela, intelectual e técnico. O princípio que rege tanto a classificação como o arranjo, é notadamente o da proveniência, seguido do princípio da ordem original; e os critérios mais utilizados por ambas as operações são o funcional/organizacional.

Como pontos de divergência, que distanciam os conceitos entre si, observou-se que, em se tratando do fundamento para cada operação, consideraram-se majoritários para o arranjo os princípios arquivísticos, enquanto para a classificação seria a observância das estruturas organizacionais, funções, atividades e a realidade institucional. Em relação aos níveis de classificação e arranjo, notou-se que há a predileção por considerar na classificação a Classe como primeira divisão, seguida da Subclasse e níveis inferiores e, no caso do arranjo, o Fundo como primeira divisão, seguida do Grupo e Séries inferiores ou a Série, seguida ou não de Subsérie e níveis inferiores. Notou-se diferença também no instrumento/produto gerado, uma vez que para a classificação o

plano de classificação é o instrumento mais citado e, para o arranjo, é o quadro de arranjo. Por fim, ainda há desacordo na fase em que as operações são realizadas, uma vez que a classificação estaria mais ligada ao arquivo corrente, enquanto o arranjo, ao permanente.

Concluiu-se que a classificação e o arranjo possuem mais pontos de convergência do que divergência entre si e que as semelhanças constatadas são qualidades fundamentais para as operações, enquanto que parte das divergências são meramente terminológicas. Em outras palavras, as diferenças encontradas entre classificação e arranjo são mais terminológicas do que conceituais, sendo as operações consideradas semelhantes em sua essência.

#### **ANALYSIS OF TERMS CLASSIFICATION AND ARRANGEMENT IN LITERATURE ARCHIVE BRAZILIAN**

##### **Abstract**

*This article aims to analyze the terms classification and arrangement and concepts attributed to them in the Brazilian archival literature, contributing to the advancement of the theme of the archival science. Checks more frequently aspects and features in classification and arrangement definitions of Brazilian works, allowing to identify the convergences and divergences between the authors presented. The research is exploratory, quantitative and qualitative and includes the analysis of 18 Brazilian works, covering the period 1989 to 2012. The analysis of the aspects contained in the classification definitions include the following: terms, process nature, actions and classification fundamentals. The analysis of the characteristics considered archival principles, levels and classification criteria, instruments and stages of the document life cycle in which the archival process occur. We conclude that the classification and arrangement have more points of convergence than divergence between them, in the view of Brazilian authors.*

**Keywords:** *Classification. Arrangement. Archival terminology.*

##### **REFERÊNCIAS**

BARROS, T. H. B. **Construção discursiva em Arquivística:** uma análise do percurso histórico e conceitual da disciplina por meio dos conceitos de classificação e descrição.

2010. (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho/Marília, São Paulo, 2010.

- BELLOTTO, H. L. **Arquivos Permanentes: tratamento Documental**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.
- \_\_\_\_\_. A Terminologia das áreas do saber e do fazer: o caso da Arquivística. **Acervo**, v.20, n.1/2, p.47-56, 2007
- BRASIL. ARQUIVO NACIONAL. **Classificação, temporalidade e destinação de documentos de arquivo relativos as atividades-meio da Administração Pública**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2001.
- DAHLBERG, I. **Ciência da Informação**, Rio de Janeiro, v.7, n.2, p.101-107, 1978
- DUCHEIN, M. Os arquivos na Torre de Babel: problemas de terminologia arquivística nacional. **Acervo**, v. 20, n.1/2, p.13-22, 2007
- DUCROT, A. A Classificação dos arquivos pessoais e familiares. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v.11, n.21, p.151-168,1998.
- FARIA, W. S. **A normalização dos instrumentos de gestão arquivística no Brasil: um estudo da influência das resoluções do Conarq na organização dos arquivos da Justiça Eleitoral Brasileira**. 2006. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2006.
- GARCIA, O. M. C. **A aplicação da Arquivística Integrada considerando os desdobramentos do processo a partir da classificação**. 2000. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal de Santa Catarina.
- GONÇALVES, J. **Como classificar e ordenar documentos de arquivo**. São Paulo: Arquivo do Estado, 1998. (Projeto como fazer; v.2)
- HERRERA, A. H. **Archivística general: teoría y práctica**. 5. ed. Sevilla: Servicio de Publicaciones de laDiputación de Sevilla, 1991.
- KICH, T. J. F.; KONRAD, G. V. R. Arranjo e descrição arquivística em processos judiciais. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 16, n. 4, p. 212-227, out./dez. 2011.
- LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.
- LODOLINI, E. **Archivística: principios y problemas**. Madrid: ANABAD - AsociaciónEspañola de Archiveros, Bibliotecarios, Museólogos y Documentalistas, 1993.
- LOPES, L. C. **A nova Arquivística na modernização administrativa**. 2. ed. Brasília: Projecto Editorial, 2009.
- OLIVEIRA, M. I. de. Classificação e avaliação de documentos: normalização dos procedimentos técnicos de gestão de documentos. **Acervo**, Rio de Janeiro, v.20, n.1-2, p.133-148, jan. /dez.2007.
- PRET, Raquel Luise; CORDEIRO, Rosa Inês de Novais. Clasificación y indización de registros y archivos de universidades. In: CONGRESO ISKO ESPAÑA, 12; CONGRESO ISKO ESPANA-PORTUGAL, 2, 19-20 de noviembre, 2015. **Anais...Organización del conocimiento para sistemas de información abiertos**. Murcia: Universidad de Murcia, 2015.
- RIBEIRO, Fernanda. O uso da classificação nos arquivos como instrumento de organização, representação e recuperação da informação. 2013. In: CONGRESSO ISKO ESPANHA E PORTUGAL; CONGRESO ISKO ESPAÑA. **Anais...Espanha,2013**. Disponível em: <<http://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/69659/2/fernarदारibeirousoclassificacao000212002.pdf>>. Acesso em: 18 fev. 2016.



RIOS, E. R.; CORDEIRO, R. I. N. Plano de classificação de documentos arquivísticos e a teoria da classificação: uma interlocução entre domínios do conhecimento. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v.15, n.2, p.123-139, maio./ago.2010.

RODRIGUES, A. M. L. **Uma análise da Teoria dos arquivos**. 2004. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal de Minas Gerais.

RONCAGLIO, C. A história administrativa serve como subsídio para a organização da informação arquivística ou vice-versa? **Acervo**, Rio de Janeiro, v.25, n.2, p.92-103, jul./dez.2012.

ROUSSEAU, J.; COUTURE, C. **Os Fundamentos da Disciplina Arquivística**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1994.

SANTOS, S. A. S. dos. **Ontologias como domínio conceitual e planos de classificação arquivística**: um estudo de caso sobre instituições federais de ensino superior. 2010. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010.

SANTOS, V. B dos. **A teoria arquivística a partir de 1898**: em busca da consolidação, da reafirmação e da atualização de seus fundamentos. Tese (Doutorado) - Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

SCHÄFER, M. B.; LIMA, E. S. A classificação e a avaliação de documentos: análise de sua aplicação em um sistema de gestão de documentos arquivísticos digitais. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v.17, n.3, p.137-154, jul./set.2012.

SCHELLENBERG, T.R. **Arquivos Modernos**: princípios e técnicas. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

SILVA, A. B. M. da. **A gestão da informação arquivística e suas**

**repercussões na produção do conhecimento científico**. Rio de Janeiro: CONARQ: Conselho Nacional de Arquivos e ALA - Asociación Latinoamericana de Archivos, 2000. Disponível em:<www.conarq.arquivonacional.gov.br/Media/publicacoes/ibericas/a\_gesto\_da\_informao\_a\_rquivstica.pdf> Acesso em 08 jun. 2014

SOUSA, R.T.B; ARAÚJO JÚNIOR, R.H. de. **A produção científica da Arquivologia em classificação, Descrição e Recuperação**: o estado da arte. Rio de Janeiro: Associação dos Arquivistas Brasileiros, 2013.

SOUSA, R. T. B. Os princípios arquivísticos e o conceito de classificação. In: RODRIGUES, G. M.; LOPES, I. L. (Org.). **Organização e representação do conhecimento na perspectiva da Ciência da Informação**. Brasília: Thesaurus, 2003, v. 2, p. 240-269.

\_\_\_\_\_. Classificação arquivística: trajetória e apropriação de um conceito. 2005. Tese (doutorado em História Social) – Universidade de São Paulo.

\_\_\_\_\_. A Classificação como função matricial do que fazer arquivístico. In: SANTOS, V. B. (Org.). **Arquivística**: temas contemporâneos: classificação, preservação digital, gestão do conhecimento. Brasília: SENAC, 2007. cap. 3, p. 115-163

\_\_\_\_\_. **As bases do processo classificatório em Arquivística**: um debate metodológico. São Paulo: Associação de Arquivistas de São Paulo, 2002.

\_\_\_\_\_. Classificação de documentos arquivísticos: trajetória de um conceito. **Arquivistica.net**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 120-142, 2006.

\_\_\_\_\_. Classificação: um dos problemas fundamentais da Arquivística contemporânea. **Arquivo & Informação**, Brasília, v. 1, n. 1, p. 3-4, 1995.

TESSITORE, V. **Arranjo:** estrutura ou função? São Paulo: Arquivo do Estado, 1989.